AREA-CHAVE
consultores portugueses associados, lda
PROJECTOS DE INVESTIMENTO
Centro de Competência (CDC)
LISBOA TELEFS.: 352 79 21 - 352 90 62
PORTO TELEFS.: 56 72 90 - 57 22 19

Expresso
SÁBADO 2 DE MAIO DE 1992

O CÉU limpo convida a um bom banho na praia, mas é conveniente não se cruzar com os oficiais afastados por Nogueira. Se preferir passear até ao Norte, tenha cuidado porque aí as coisas estão mais frias e aguardam-se fortes aguaceiros. Depois do dia do trabalhador, o melhor é descansar.

Santana Lopes quis 'repescar' livro de José Saramago

PEDRO Santana Lopes esteve a estudar, nos últimos dias, a hipótese de candidatar o livro de José Saramago, **O Evangelho Segundo Jesus Cristo**, ao Prémio Europeu de Literatura, após a obra ter sido «chumbada» por Sousa Lara. O secretário de Estado da Cultura ainda pensou recorrer ao expediente de enviar o trabalho de Saramgmago através de organizações não-governamentais, mas segundo fontes que lhe são próximas, Santana Lopes concluiu que tal processo era **«inviável»** à face dos actuais regulamentos do concurso.

A iniciativa do responsável pela Cultura revela uma discordância em relação aos critérios do seu número dois na Secretaria de Estado que dias antes havia decidido eliminar O **Evangelho Segundo Jesus Cristo** da relação das três obras que poderiam ser propostas ao prémio pelas autoridades portuguesas.

O secretário de Estado e o escritor

A polémica que se gerou de imediato e teve o seu momento mais delicado durante o debate parlamentar de quarta-feira, durante o qual Sousa Lara foi acusado de **«censura»**, levou o secretário de Estado da Cultura a tomar a decisão de transferir para uma entidade exterior ao Governo a competência de julgar as obras literárias candidatas a prémios internacionais. Num curtíssimo espaço de tempo Santana Lopes criou com Sousa Lara o Júri Português para os Prémios Internacionais, que vai ser composto por 9 elementos e do qual foram expressamente excluídas as associações de autores (Sociedade Portuguesa de Autores e Associação Portuguesa de Escritores) por se considerar que **«não devem ser juízes em causa própria»**.

Júri institucional

Assim, o Júri terá representantes da área de língua e literatura portuguesas das Universidades de Coimbra, Porto e Lisboa e de duas privadas (um de cada), indicados pelos respectivos reitores. Os restantes deverão ser propostos pela Fundação Calouste Gulbenkian, pela Casa de Mateus, pela Classe de Letras da Academia de Ciências e pela Associação Portuguesa de Editores e Livreiros. Segundo fontes da Secretaria de Estado da Cultura, o Governo não terá qualquer tipo de intervenção no Júri, quer ao nível do funcionamento, quer na definição dos critérios da apreciação e selecção das candidaturas, limitando-se a fornecer toda a assistência logística considerada necessária.

Santana Lopes pretende desta forma retirar força às críticas da recém-criada Frente Nacional para a Defesa da Cultura, ficando no entanto em aberto a controvérsia desencadeada pelo próprio Secretário de Estado ao criticar a intervenção do Presidente da República nesta área. De registar, que no preciso momento em que Santana Lopes dirigia os seus ataques a Soares, o Presidente da República decidia promulgar a profunda reestruturação da Secretaria de Estado da Cultura, embora se admita que só o venha a fazer no termo do prazo legalmente previsto para o efeito, ou seja nos fins de Maio (ver pág. 13).

Provedor propõe pensão para Salgueiro Maia

O PROVEDOR de Justiça manifestou ao EXPRESSO a sua disposição de propor, **«muito em breve»**, ao primeiro-ministro, a atribuição de uma pensão aos herdeiros do falecido tenente-coronel Salgueiro Maia, considerado um dos heróis do 25 de Abril. Menéres Pimentel, que vai sustentar a sua proposta invocando legislação que considera **«mais adequada»**, recusa-se a comentar a atitude de Cavaco Silva ao manter congelado, desde há três anos, o requerimento apresentado pelo capitão de Abril.

Esta pensão fora requerida pelo próprio, em Junho de 1988, mas o parecer favorável da Procuradoria-Geral da República aguarda a homologação do primeiro-ministro (ver pág. 20)

O Provedor propõe-se fundamentar a sua iniciativa junto de Cavaco Silva invocando o decreto-lei nº 171/77, destinado a premiar os **«méritos excepcionais na defesa da liberdade e da democracia**. O diploma prevê que a iniciativa da atribuição deste tipo de pensões possa partir da várias entidades, entre elas **«quaisquer organismos ou instituições de interesse público»**. Para Menéres Pimentel, **«ninguém recusará ao Provedor de Justiça a legitimidade para propor a concessão deste tipo de pensões»**.

«Figura emblemática»

Na opinião do Provedor de Justiça, o desempenho do então capitão de cavalaria Salgueiro Maia no golpe dos capitães **«cabe perfeitamente na letra e no espírito deste decreto-lei. Ele é uma figura emblemática e indissociável do movimento do 25 de Abril, até porque foi ele quem recebeu a rendição de Marcelo Caetano»**, sublinhou Menéres Pimentel. **«Além disso, respeitou rigorosamente o programa do Movimento das Forças Armadas, na medida em que, cumprida a sua missão, regressou imediatamente à unidade, não interferindo na vida política»**.

O Provedor adiantou ao EXPRESSO que tenciona apresentar **«pessoalmente»** esta proposta a Cavaco Silva. A instrução do processo relativo a este tipo de pensões pertence ao ministro das Finanças, cabendo a decisão ao Conselho de Ministros. Por outro lado, esta legislação prevê a atribuição destas pensões aos herdeiros ou familiares — o que permite ultrapassar o problema jurídico decorrente da morte de Salgueiro Maia.

AMANHÃ SERÁ NOTÍCIA

UGT convida Inter

A UGT decidiu convidar a CGTP para assistir ao seu próximo congresso, previsto para o final deste mês. A proposta partiu do secretário-geral, Torres Couto, e foi aprovada na última reunião do secretariado nacional, realizada na quinta-feira. Uma fonte deste órgão da UGT disse ao EXPRESSO que a proposta só foi contrariada por um dirigente social-democrata.

Contactado pelo EXPRESSO, o coordenador da Inter, Carvalho da Silva, disse que a central só se pronunciará **«quando tiver conhecimento formal do convite»**.

Enviado de Luanda fala com Soares

MÁRIO Soares receberá, na próxima segunda-feira, em audiência no Palácio de Belém, o emissário do Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, que lhe falará das dificuldades surgidas na preparação da anunciada visita oficial do chefe do Estado português à República Popular de Angola. A visita, que deverá realizar-se entre os próximos dias 10 e 17, está **«praticamente comprometida»** para a data prevista. Segundo uma fonte que acompanha este processo, o Governo de José Eduardo dos Santos não **«vê com bons olhos o programa que Mário Soares queria cumprir na sua deslocação a Angola, designadamente na parte respeitante aos tradicionais contactos com os vários dirigentes da oposição local»**.

Dissidentes da UNITA lançam organização

TRÊS altos dirigentes da UNITA que recentemente abandonaram a organização — Nzau Puna, Tony da Costa Fernandes e Paulo Tjipilica — vão anunciar brevemente a criação da «UNITA — Tendência de Reflexão Democrática», segundo disse um deles ao EXPRESSO. O objectivo da nova organização será **«lutar pela democratização da UNITA contra Savimbi e promover o debate interno, em Angola»**, aonde deverão regressar no final do mês. Entretanto, divulgarão também um manifesto, após uma deslocação aos EUA prevista para os próximos dias.

O QUE ELES DIZEM...

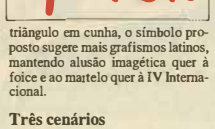
VASCO Graça Moura, o bombeiro de serviço número dois para as causas perdidas do PSD (sem a arte do número um, o ideólogo Pacheco Pereira) revelou agora alguns traços esclarecedores do seu percurso político. Em 1974, inscreveu-se no PPD e foi secretário de Estado em dois Governos provisórios. Desiludido, «em 1975 acabei por deixar a vida política e só acabei por reincidir em 1980, para apoiar a campanha do general Eanes; e, cinco anos mais tarde, para dar o meu aval ao PRD. Esvaziado o projecto renovador, acabei por concluir que os propósitos do PRD eram coincidentes com os do actual Governo». Elementar. E era tal a coincidência que Graça Moura se tornou mais cavaquista que Cavaco. «Hoje, sou independente», ironiza o próprio.

Mas a revelação mais saborosa é a de que, como secretário de Estado, em 1975, mandou «redigir um decreto que transformava o Campo Pequeno em cemitério de automóveis, para impedir que se lhe desse o destino pretendido por Otelo. Graça Moura ainda se sente incompreendido: «Só a obstrução do ministro da tutela do meu pelouro impediu que fosse publicado em 'Diário da República'». Valha-nos Santa Engrácia! Antes a decrépita Frente Nacional para a Defesa da Cultura.

J.A.L.

PSR disfarça foice e martelo

O SÍMBOLO do PSR, que contém a foice e o martelo dos comunistas, vai ser submetido a referendo na organização do partido se for aprovada no VIII Congresso dos socialistas revolucionários — que ontem se iniciou — uma proposta de alteração de Francisco Louçã. Considerando que o logotipo actual — que inclui, além dos símbolos da aliança operário-camponesa, o algarismo 4 alusivo à organização trotskista internacional em que se integra — **«é graficamente confuso e lembra muito a foice e o martelo do PCP e das seitas maoístas»**, o dirigente socialista revolucionário propõe um «aggiornamento» que introduza «elementos de uma das estéticas mais progressivas da revolução de 1917 (o construtivismo) que resultem nas letras PSR». Na realidade, salvo o



triângulo em cunha, o símbolo proposto sugere mais grafismos latinos, mantendo alusão imagética quer à foice e ao martelo quer à IV Internacional.

Três cenários

O Congresso, que reunirá 100 delegados de Lisboa, Porto, Coimbra, Setúbal, Aveiro, Viana, Leiria e Évora, pronunciar-se-á sobre três cenários possíveis da evolução política à esquerda do espectro político.

O primeiro cenário — **«de evolução na continuidade»** — assenta na possibilidade de as recentes movimentações à esquerda (nomeadamente o aparecimento da Plataforma de Esquerda) se limitarem à constituição **«de uma espécie de reserva de consciência face à esquerda tradicional e ao próprio sistema»**. É um cenário considerado **«não desejável do ponto de vista do processo de renovação da esquerda»**.

Um segundo cenário admite o avanço rápido em direcção a um movimento **«capaz de congregar a experiência diversa de inúmeros grupos e militantes, para além dos núcleos das organizações que actualmente se perspectivam como podendo vir a envolver-se num tal projecto (PSR, PE, MDP)»**. Esta é uma hipótese de contornos pouco definidos, mas que os socialistas revolucionários têm por adquirido como não compatível **«com referências do tipo leninista ou trotskista»** e onde o PSR aceitaria **«uma situação provavelmente minoritária nesse quadro político e organizativo»**.

Como este cenário não é considerado viável a curto prazo, o terceiro cenário — a meio caminho entre os dois anteriores — é considerado como o mais realista. Trata-se de multiplicar **«a convergência de esforços»** entre militantes e organizações alternativas, nomeadamente no terreno eleitoral, mas **«mantendo as identidades próprias»**.

Louçã escreve à Plataforma

É neste quadro de análise que deve ser entendida a carta que Louçã enviou à PE, comentando o documento que esta organização tem em discussão pública para o seu Encontro Fundador, a 9 de Maio em Lisboa. O dirigente socialista revolucionário, apreciando as **«11 teses para uma esquerda com futuro»**, avalia positivamente o objectivo genérico de **«acrescentar esquerda à esquerda»**, a **«reinvindicação dos valores»** que aí se fazem, bem como **«a crítica da 'política'»** e do **«reforço do Estado-Partido»**, enquanto **«pontos suficientes para abrir amplas perspectivas de intervenção prática em comum»**. A carta de Louçã desdobra-se depois em observações críticas sobre o modo como nessas teses se analisam quer o estatismo quer a social-democracia e discute o modo como se **«reclama a modernidade como referência geral da esquerda alternativa»**.

Governo extingue 22 centros psiquiátricos

O GOVERNO extinguiu 22 centros de saúde mental dispersos pelo país e vai criar, em sua substituição, três novos estabelecimentos de âmbito regional em Lisboa, Porto e Coimbra, segundo o EXPRESSO apurou de fonte governamental. O diploma do Ministério da Saúde que consagra esta decisão foi aprovado no Conselho de Ministros de quinta-feira e veio surpreender os profissionais de saúde mental. A Associação Portuguesa do sector tem vindo a defender a necessidade de um debate público sobre esta matéria e de uma consulta aos parceiros sociais. Mas o Governo antecipou-se, aprovando o projecto sem antes o submeter a negociação.

As competências dos serviços agora extintos serão transferidos para os grandes centros hospitalares centrais e regionais, sendo o apoio administrativo assegurado pelos hospitais psiquiátricos existentes nas diferentes zonas geográficas. Os três novos centros de saúde mental — Norte, Centro e Sul — serão dirigidos por elementos nomeados directamente pelo ministro da Saúde, fazendo parte da direcção daqueles estabelecimentos os responsáveis pelos serviços psiquiátricos e de Alcoologia do Porto, Lisboa e Coimbra.

O diploma prevê igualmente a possibilidade de o Estado celebrar contratos com organizações particulares de solidariedade social que mostrem interesse em acolher os doentes mentais. As despesas de tratamento e internamento destes pacientes continuarão a ser asseguradas pelo Ministério da Saúde.

Com a extinção dos actuais centros de saúde mental, o Governo estima uma poupança anual de 200 mil contos, de acordo com a mesma fonte. Mas, segundo alguns observadores, o actual diploma é também interpretado como um corte radical em relação à política de saúde mental defendida por Leonor Beleza. A anterior titular da pasta da Saúde tinha preconizado a descentralização dos centros de assistência psiquiátrica, para descongestionamento dos grandes centros hospitalares e maior aproximação do doente à comunidade.

Entre os estabelecimentos agora desactivados contam-se os de Aveiro, Beja, Barreiro/Montijo, Bragança, Castelo Branco, Covilhã, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Penafiel, Portalegre, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Nova de Gaia, Vila Real e Viseu.

Avenida da Liberdade vai sofrer profunda remodelação

O NOVO **«anteplano de urbanização da Avenida da Liberdade e zona envolvente»**, que esta semana foi entregue ao Município de Lisboa, prevê a alteração do perfil da Avenida. O plano — que, 19 anos depois, sucede a outro de responsabilidade do arquitecto Pedro Vieira de Almeida — foi elaborado por uma equipa do Porto, dirigida por Manuel Fernandes de Sá e Francisco Barata, que ganharam o concurso para o trabalho, após a Câmara ter inicialmente convidado Vieira de Almeida e depois o ter procurado integrar no processo de concurso, facto que determinou então o seu auto-afastamento.

Plano à moda do Porto

A proposta do plano — que o EXPRESSO divulga com desenvolvimento na Revista — obedece a uma filosofia de recuperação de espaços para os peões e a um conjunto de pequenas intervenções integradas que visam ligar o vale da Avenida às encostas envolventes, recuperar a habitação e disciplinar o tráfego e o estacionamento.

No que respeita a estes dois últimos aspectos, prevê-se a introdução de um conjunto de sentidos únicos nas ruas e avenidas que rodeiam o Marquês de Pombal, bem como a construção de estacionamentos subterrâneo ao longo da Avenida e em novos parques que legalizem a procura actual, maioritariamente «fora de lei». O plano prevê, de resto, o seu **autofinanciamento através da venda e concessão de exploração de lugares de estacionamento**. Em matéria de construção na Avenida e respectivas alturas, o plano aponta para a manutenção da **«heterogeneidade»**, dentro de normas **«razoáveis»**.

Os primeiros comentários de arquitectos conhecedores das propostas apresentadas são positivos, pelo menos nos casos de Manuel Salgado (co-autor do Centro Cultural de Belém), Ribeiro Telles (paisagista) e José Manuel Fernandes (da equipa do VALIS).

PSD contesta plano

Se os arquitectos contactados pelo EXPRESSO exprimiram, em geral, opiniões favoráveis ao plano, é certo que os vereadores sociais-democratas irão votar contra. O PSD contesta as fontes que rematam a renovação da Praça dos Restauradores, considera que a alteração do perfil da Avenida, pela colocação de faixas de lentos entre as primeiras filadas laterais de árvores, irá prejudicar o tráfego e opõe-se à alteração de usos previstos para o Condes e o S. Jorge. Saliente-se, todavia, que nestes dois últimos casos o plano não tem interferência directa. Quando os projectos derem entrada na CML, por via dos seus proprietários, terão de seguir o seu curso no nosso quadro das Normas Provisórias, já aprovadas pelo Município e que aguardam homologação pela Administração Central.

Trovoada consulta Miranda e Marcelo

O PRESIDENTE de S. Tomé e Príncipe, Miguel Trovoada, solicitou esta semana a dois constitucionalistas portugueses — Jorge Miranda e Marcelo Rebelo de Sousa — a emissão de pareceres que conduzam à solução da crise de bloqueamento institucional actualmente vivida no arquipélago — revelou uma fonte jurídica.

Depois de, na semana passada, Trovoada ter demitido o primeiro-ministro, Daniel Daio, na sequência da aplicação pelo Governo de uma série de medidas impostas pelo Fundo Monetário Internacional que desencadearam uma onda de impopularidade, o chefe do Governo declarou não aceitar o afastamento e manteve-se em funções. Por outro lado, o Partido da Convergência Democrática, que actualmente ocupa o Executivo, ameaça paralisar o Parlamento para desencadear eleições.

Foi perante esta situação, em que ninguém parece dispor de força para desencadear uma saída, que Trovoada solicitou a Miranda e Rebelo de Sousa que se pronunciassem sobre três questões: se o Presidente pode ou não retirar confiança política ao Governo; se o Governo pode recorrer desta decisão para a Assembleia Nacional; e quais os poderes presidenciais em matéria de defesa e política externa.

A Constituição são-tomense foi elaborada com base num projecto de Jorge Miranda e contém amplas similitudes com a congénere portuguesa, ressalvando-se duas excepções: o Presidente pode demitir livremente o Governo (como na versão inicial da lei fundamental portuguesa) e as competências em política externa e defesa são atribuídas ao PR e não ao Governo.

O facto de o Presidente de um país recorrer a juristas estrangeiros para resolver um impasse institucional é insólito e resultada debilidade de S. Tomé e Príncipe em quadros de formação jurídica. Significativamente, o país a que se recorreu foi Portugal, antiga potência colonial, e não o Gabão, de que o arquipélago se encontra bastante dependente noutras matérias.

Generais

(Continuação da 1ª página)

«pacote» legislativo entregue pelo Ministério da Defesa ao gabinete do ministro da Justiça, Laborinho Lúcio, para apreciação governamental.

As reformas propostas por Fernando Nogueira alteram profundamente todo o sistema judicial militar, revendo nomeadamente os códigos de Disciplina e de Justiça nas Forças Armadas. A possibilidade de recurso directo ao Provedor de Justiça é uma das novidades que responderam, com um ano de atraso, às críticas do anterior titular do cargo, Mário Raposo, que se demitiu alegando que os militares não podiam funcionar **«à margem da lei e alheios às competências do Provedor»**.

Europa

(Continuação da 1ª página)

pôr em prática a redução dos actuais 17 comissários para um por cada Estado-membro é a opção apontada para fazer face à representação dos «novos» no executivo comunitário. Para compensar, há a hipótese de criação de novas categorias de comissários.

Para o Parlamento Europeu adiantada uma solução bicameral. Com uma Câmara dos Estados paritária e uma Câmara dos Povos estritamente proporcional, seria garantida a limitação de deputados de cada país. Quer número de Estados-membros. No futuro o total de deputados não poderá ultrapassar os 700 (ver pág. 9).

Deus Pinheiro ontem com Hans Genscher (que se demitiu esta semana do Governo alemão) no encontro de ministros dos Negócios Estrangeiros da CE em Guimarães

Violência racial alastra nos EUA

(Continuação da 1ª página)

possam finalmente extinguir a violência. A hora de fecho desta edição, ainda não era possível dizer se a estratégia daria resultado, mas as primeiras impressões são de que os motins possam ter terminado em Los Angeles.

Todavia, o alívio não será muito, já que os tumultos alastraram a outras cidades do país. Na quinta-feira à noite, também eclodiram motins, com incêndios e pilhagens em Tampa, na Florida, em Charleston, na Carolina do Sul, em Madison, no Wisconsin, em Hartford, no Connecticut, em Búfalo, no estado de Nova Iorque, em Atlanta, na Geórgia e em Seattle, no estado de Washington. Ao mesmo tempo, eram presos 7000 desordeiros em São Francisco, cidade onde também foi declarado o estado de emergência.

Sejam quais forem os métodos utilizados pelas autoridades para repor a lei e a ordem pública, não conseguirão reprimir o crescente sentimento de indignação e fúria entre a comunidade negra. Os líderes negros foram quase unânimes na condenação do veredicto do júri sobre o caso de brutalidade policial exercido sobre Rodney King — a faísca que fez explodir os tumultos (**ver Caderno Internacional**). Todos eles insistem em que a dimensão da ira popular é um indicador dos problemas que o país pode enfrentar no futuro, se nos EUA não se tomarem finalmente medidas para pôr termo à discriminação que fez da maioria dos negros cidadãos de segunda classe.

Ambições políticas

Ontem, Bush reuniu-se na Casa Branca com o general Colin Powell, chefe de Estado-Maior-General das forças armadas, com Coretta Scott King (viúva de Martin Luther King) e outros dirigentes negros, numa tentativa para diluir as tensões. A iniciativa foi, porém, recebida com cepticismo pelos líderes negros, que acusam a Administração de utilizar os problemas raciais para alimentar as ambições políticas do Partido Republicano.

Em todo o caso, com a corrida em curso para as eleições de Novembro próximo, a actuação de Bush tem de ter em conta a necessidade de garantir os votos da ala direita. Ontem, o seu adversário Pat Buchanan acusou Bush de falta de firmeza na reacção aos motins de LA, insistindo em que **«a única coisa a fazer era forçar os arruaceiros a parar»**. Outros conservadores defendem que o racismo branco se justifica pelo receio latente que muitos brancos sentem da criminalidade negra.

A verdade é que a questão racial passou a figurar como ponto fundamental da agenda nacional, capaz de suscitar um debate doloroso, no qual os dois lados serão obrigados a discutir abertamente temas que, até agora, foram apenas abordados em termos retóricos.